

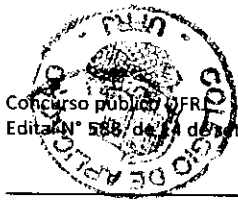
1) Os movimentos sociais organizados por trabalhadores rurais no Brasil no âmbito dos séculos de 1940 a 1980 obtiveram a luta pelos direitos de cidadania entre muitos dos sujeitos. Mas é importante mencionar que, além da Constituição de 1988, considerada a Constituição Cidadã, a classe trabalhadora camponesa, assim como os demais trabalhadores, tiveram seus direitos mais bem desenhados e explicitados. O documento representou um grande avanço na consolidação dos direitos humanos.

Outra coisa, como ensina Bobbio (2004), uma coisa é ter garantido os direitos no texto das leis, e outra coisa é ter de fato tais direitos usufruídos efetivamente. Assim, as lutas efetuadas pelos movimentos sociais tornam-se de fundamental importância. Os direitos do cidadão são alcançados através de muitas batalhas e não são meros favores concedidos pelos governantes.

Os trabalhadores rurais, seja na conjuntura democrática ou no contexto ditatorial, lutavam por melhores condições de vida no campo, pela reforma agrária, pelo direito à vida, à sobrevivência, pelo direito ao trabalho. Muitas quantidades de terras estavam nas mãos de poucas pessoas, que nada produziam. A luta era para que essas terras fossem divididas entre aqueles que realmente iriam utilizá-las para o cultivo, para a produção de alimentos, para a criação de animais, entre outras atividades. O aproveitamento dessas terras não cultivadas propiciaria a geração de renda, contribuiria para melhorar a vida dos camponeses através de seu trabalho, além de possibilitar o desenvolvimento da economia local.

Infelizmente e principalmente no âmbito da Ditadura Civil-Militar, esses trabalhadores rurais organizados nos movimentos sociais foram duramente perseguidos, tentados dos mais variadas formas, presos sem terem cometido crime algum e muitos deles foram mortos, assim como <sup>ocorria com</sup> qualquer outro indivíduo que não obedecesse a ordem autoritária vigente.

Como dito anteriormente, a luta dos camponeses teve um pouco de seus frutos colhidos na Constituição atual, todavia, o problema da Reforma Agrária permanece ainda hoje, apesar de certos avanços



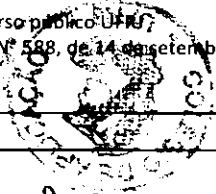
que foram alcançados com a Constituição. Por meio dela os direitos sociais, tais como a educação, saúde e trabalho foram estabelecidos, assim como os direitos civis, culturais e políticos. A Constituição foi culminada mediante muitas lutas dos movimentos sociais e a participação da classe trabalhadora camponesa teve fundamental importância.

② É sabido que a concentração de recursos pela monarquia portuguesa possibilitou a concretização das expedições marítimas, dirigidas pelos integrantes da aristocracia e que também contaram com a participação da burguesia.

Inicialmente, as expedições retomaram os domínios disputados pelos portugueses e da Reconquista, que usou, lutar em nome de fé e possuir mais riquezas. O comércio de especiarias estimulou sobremaneira a monarquia portuguesa a concretizar tais expedições. As viagens eram empreendidas pelo Estado e começaram a avançar com o desenvolvimento de técnicas e das práticas de navegação.

Posteriormente, <sup>já no</sup> ~~o~~ contexto inicial da colonização dos portugueses no Brasil até o período de independência, toda uma estrutura foi sendo muito bem organizada, com poucas, de modo a estabelecer com sucesso o comércio transatlântico de escravos. Se no início de colonização os índios eram por vezes obrigados a concretizar os trabalhos exigidos pelos portugueses, na conjuntura posterior a mão-de-obra utilizada foi a do negro africano, trazido para o Brasil na condição de escravo para atuar principalmente na produção de açúcar e mais tarde nos minas de ouro, além de muitos deles também terem sido explorados através dos trabalhos domésticos e do campo e de outras atividades urbanas.

Urduceiras redes econômicas, sociais e administrativas foram estabelecidas entre a África, Portugal e Brasil com o intuito de organizar e fazer prosperar o comércio transatlântico. Especialidades de funções foram criadas nessas diferentes regiões, <sup>as</sup> ~~as~~ mais variadas cargas foram sendo divididas para diferentes sujeitos, de acordo com a sua posição



na hierarquia social. Existiam os responsáveis em negociações e comissões de escravos com os líderes dos reinos africanos, aqueles responsáveis pelas negociações no interior do Brasil, e ainda toda uma rede administrativa já sendo cuidadosamente elaborada. Até a independência, prestações de contas deveriam ser encaminhadas para com a Coroa Portuguesa.

Foram criadas as feitorias localizadas em partes do litoral onde os comerciantes buscavam suas mercadorias europeias por produtos locais africanos. Inicialmente o comércio africano era voltado para o interior, com a chegada dos portugueses o comércio se voltou para o litoral. A partir do século XVIII, os reinos africanos se expandiram amplamente, passaram a exportar calças em troca de munição, de armas. Os reinos também disputavam entre si buscando assegurar o controle do comércio de escravos com a costa, o que propiciou a dissolução de antigos impérios africanos, fazendo surgir novas conjunções no âmbito da economia e sociedade africana.

O reino de Kongo, por exemplo, já praticava o comércio comercial, mas ele foi significativamente alargado e direcionado para o Atlântico após o contato com os portugueses. Os comerciantes, de modo geral, faziam trocas de escravos e marfim na África por armas da Europa, entre outros objetos, e depois vendiam os escravos com lucros esmagantes na América.

③ Após exploração e contextualização do tema "cultura e movimentos sociais no Brasil entre os anos de 1945 e 1964" pelo professor, os alunos poderiam se dividir em pequenos grupos para construir um trabalho avaliativo acerca do assunto supracitado. Cada grupo seria livre para escolher a abordagem e o recorte que almeja, com a orientação do docente, após alguns dias de pesquisa em casa.

Exatamente com dados acerca do tema, o grupo construiria um texto a respeito do mesmo, a ser entregue para o professor, e apresentaria o trabalho para turma, através de diversos recursos: data

show, aparelho de som, cartões, piza, charges, entre outros. Os alunos seriam previamente orientados no sentido de elaborar uma apresentação que explorasse esses diferentes recursos.

Além disso, o conteúdo do trabalho a ser apresentado deve de alguma forma ser apresentado para uma reflexão da realidade na qual o grupo/alunos está/estão inserido/ inseridos. Como ensina Rüsen (2010), a história ensinada e aprendida nas escolas deve ter uma função social, de orientar a vida prática dos discentes, e não ser meramente um conteúdo congelado no passado, sem conexões alguma com o presente.

Os estudantes podem fazer uma reflexão e materializá-la em apresentações de trabalho acerca de múltiplos assuntos que se referem à cultura e movimentos sociais no Brasil entre os anos de 1945 e 1964. Podem explorar os temas de organização dos marinheiros, os seus reivindicações, as conquistas obtidas e as não obtidas, os esposos ~~de~~ e os maneiras de socialidade, enfim, muitos aspectos podem ser abordados.

Os alunos terão liberdade e terão autonomia para pesquisar, escrever e refletir acerca dos mais variados assuntos que tangem o tema, com orientação do professor, que também poderá fazer sugestões para aqueles que não apresentarem nenhuma ideia ou que ainda não se amadureceram. Mas a discussão e as ligações (positivas ou não) com o momento atual vindo pelo discente é fundamental. Podem ser estabelecidas comparações com os atuais movimentos sociais, os novos casos (ou não) de lutas, os novos atores que surgem atualmente, tais como o movimento LGBT, os movimentos ecológicos, religiosos, enfim, novamente, múltiplas poderão ser os pontos entre passado e presente.